ATA DA 54ª (quinquagésima quarta) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1° (primeiro) PERÍODO DA 3ª (terceira) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (décima sexta) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Realizada no décimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência interina do parlamentar Thiago Fernandes da Silva, com os trabalhos do vice-presidente Michael Borges de Souza, da 1ª secretária interina Fativan Alves Moura de Paiva, e da 2ª secretária Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Além da Mesa Diretora, estiveram presentes os parlamentares: César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Lindovaildo Soares de Azevedo, Marcos Antônio Gomes da Silva, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos. Ausentes os (as) parlamentares: Gustavo Negócio de Freitas e Wolney Freitas de Azevedo França. Havendo quórum regimental, o presidente interino, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinense, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Binho de Ambrósio para fazer a leitura da mensagem bíblica no livro de Salmos, capítulo 84, versículo 85. A presidência solicitou à 2ª secretária a leitura da ata da 23ª (vigésima terceira) Sessão Ordinária do 1° (primeiro) período da 3ª (terceira) Sessão Legislativa da 16ª (décima sexta) Legislatura, realizada no dia 05 de abril de 2023. Em seguida, foi colocada em única discussão e votação, sendo aprovada. Ato contínuo, a Presidência solicitou à 1ª secretária interina a leitura das correspondências e das proposições no **expediente,** que constou de: Projeto de Lei n. 135/2023 – "dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, através da inspeção da fumaça de veículos e máquinas movidos à diesel, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereadora Fativan Alves Moura de Paiva); Projeto de Lei n. 138/2023 – "dispõe sobre a promoção da cultura oceânica nas escolas da rede municipal de ensino

no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Thiago Fernandes da Silva); Projeto de Decreto Legislativo n. 07/2023 – "concede a comenda do mérito Ana Neri em homenagem aos profissionais constantes na equipe de enfermagem, alusiva ao 12 de maio, dia mundial da enfermagem no município de Parnamirim, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora). Indicação n. 1286/2023 e 12/2023 de autoria da vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires; Indicação n. 1299/2023, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; Indicações ns. 1283/2023 e 1284/2023 de autoria do vereador Eder Rodrigues de Queiroz; Indicações ns. 1297/2023 e 1298/2023 de autoria da vereadora Fativan Alves Moura de Paiva; Indicação n. 1217/2023, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira; Indicação n. 1211/2023, de autoria do vereador Ítalo de Brito Siqueira; Indicação n. 1242/2023, de autoria do vereador Gustavo Negócio de Freitas; Indicação n. 1268/2023, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicação n. 1301/2023, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 1290/2023 e 1291/2023, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 1248/2023 e 1249/2023, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 1288/2023 e 1289/2023, de autoria do vereador Lindovaildo Soares de Azevedo; Indicações ns. 1294/2023 e 1307/2023, de autoria do vereador Marcos Antônio Gomes da Silva; Indicações ns. 1293/2023 e 1300/2023, de autoria do vereador Michael Borges de Souza; Indicações ns. 1279/2023 e 1280/2023, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Indicações ns. 1250/2023 e 1252/2023, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva. A 1ª secretária interina informou que o expediente foi devidamente lido. O presidente, então, procedeu à abertura das inscrições para uso da tribuna, que teve como inscritos os vereadores Diego Américo, Rhalessa de Clênio, Gabriel César, Irani Guedes, Vavá Azevedo e Michael Borges. Diego Américo trouxe o tema da convocação de "enfermeiros 20h" para as UBSs. Em conversa com o jurídico da Secretaria de Saúde, obteve a justificativa de que o emprego desses profissionais em carga horária (CH) diversa, estava ocorrendo por questão de necessidade transitória. Ponderou que a necessidade não

pode sobrepor a letra da lei. Citou um trecho da Portaria n. 2436, do Ministério da Saúde (MS), a qual estabelece um mínimo de 40h para todos os profissionais da equipe da estratégia de saúde da família (ESF), e que o vínculo pode dar-se com apenas 1 equipe de saúde. A flexibilização de carga horária só pode se dar em equipes da atenção básica. Para que Parnamirim faça a flexibilização em outro grupo, deve ser feita uma lei. Mas até agora não há embasamento para que tal normatização aconteça. Michael Borges aparteou, explicando que as convocações de 20hs ocorrem porque não há mais cargos vagos na ESF. Tem que fazer um Projeto de Lei criando novas vagas. Conversou com a secretária e concluiu que é preciso fazer um levantamento das vagas dos profissionais de saúde para poder resolver as lacunas. O tribuno concordou com a proposta de criar as vagas necessárias e acomodar servidores nos locais adequados para eles. Fativan Alves comentou que a cidade é uma "terra sem lei". As contratações fogem aos critérios do MS. Asseverou que, se é possível flexibilizar a questão da enfermagem, porque não flexibilizar outras áreas onde é necessário realocar profissionais para suprir demandas urgentes na saúde, a exemplo de cirurgias ginecológicas e atendimentos psiquiátricos. O vereador Irani Guedes informou que este é um assunto amplamente debatido pelos enfermeiros. Também conversou com a secretária Luciana, a qual explicou que a ação é para suporte aos enfermeiros faltantes, de modo provisório, em acordo e orientação do Ministério Público. Para ele, falta planejamento para suprir as faltas. Sugeriu novamente uma equipe volante como solução, que esteja dentro da lei, e em respeito ao concurso público. Diego Américo salientou que são perfis diferentes de enfermeiro, o PSF e o da Saúde Básica. César Maia acredita que houve um erro no edital para o concurso de 2019, porque não especificou para onde iriam os profissionais de 20hs, que poderiam ir pra qualquer local, apenas com a ressalva das unidades de ESF que não permitem CH menor que 40. Em resumo, não se pode criar vagas para ESF, porque as equipes já estão completas. Isso não impede que outros enfermeiros prestem apoio em momentos de afastamento temporário das equipes ESF. Argumentou que o tema não exige toda essa complexidade levantada. Pode ser apenas uma questão de conversa com o departamento de RH para adequar as demandas

dos profissionais da atenção básica. O tribuno disse que discorda dessa prática, porque não se pode fazer "gambiarras". Propôs que Vavá Azevedo agende uma reunião de todos os edis com o prefeito para discutir um alinhamento do assunto. Marquinhos da Climep sugeriu a criação de novas equipes de ESF. Assumindo a tribuna, Rhalessa de Clênio iniciou a fala relatando que fez uma solicitação via "e-sic" – plataforma disponível ao cidadão para pedidos de documentos relativos à contratos da Prefeitura, para fins de fiscalização. Salientou que o regimento da casa está caduco, impedindo o vereador de cumprir a sua atribuição maior, de fiscalização. Relatou que enviou pedido à Mesa Diretora, via 1doc, o qual não foi respondido. Um sistema (1doc) que economizou milhões, mas não há relatório sobre onde está essa economia. Questionou que eficiência em gestão é esta, onde o vereador não tem permissão de fiscalizar os contratos da Prefeitura? Informou que a assessoria jurídica dela propôs emendas para solucionar essas barreiras ao trabalho fiscalizatório da vereança. Esclareceu que tentou esgotar todos os meios disponíveis e não logrou o pedido realizado, recebendo apenas prorrogações de prazos, sem data definida para o acesso aos contratos públicos. Leu trecho da Lei de Acesso à Informação (LAI), para demonstrar que os prazos e procedimentos estão equivocados, que as solicitações devem ser atendidas de imediato e os prazos devem ter justificativa fundamentada, plausível. Trouxe a sugestão de modificações regimentais também, frisando que não foi atendida também nos seus pleitos a Casa Legislativa. Explicou que muitos fazem questão de destacar uma governança e transparência que não se refletem na realidade, e que ela está em busca dessa efetivação. Pediu consciência aos pares, para que os vereadores cumpram suas atribuições, exigindo da presidência a modificação do regimento, já devida há muito tempo; junto à procuradoria e, inclusive, buscando uma assessoria jurídica de competência para fazê-lo. Gabriel César relatou que passou pela mesma situação, não conseguiu acesso ao contrato da Selim. "Se o vereador não pode fiscalizar, o que está fazendo na Câmara?". É necessário mudar o regimento para permitir o trabalho do vereador. Fazer pedido apenas como cidadão individual não faz sentido. Diego Américo disse que concorda e inclusive assinou o pedido (de reformulação regimental), pois solicitou o contrato da empresa de

coleta de resíduos, MB, e teve a resposta que o pedido deveria ser encaminhado via Mesa Diretora. Mas ficou na dúvida do prazo que receberia a resposta, uma vez que seus Projetos de Lei nunca foram promulgados, seja pelo Executivo ou pela Presidência parlamentar. Como componente da Mesa Diretora, Michael Borges aparteou alertando que o papel requisitado é do Presidente e que essa demanda não tem passado pelos demais membros da Mesa. Informou que, em recente reunião, discutiu-se os vetos intempestivos e prazos de resposta para as demandas da Câmara ao Executivo. Disse que é direito do popular ter acesso à informação. Advogou que quanto mais transparência e democracia sendo efetivada, melhor para toda a população. A tribuna dirigiu a fala ao líder do governo: é preciso que o município se atente a seguir as orientações da LAI, para não modificar prazos de documentos ultrassecretos, de 50 anos (o que seria inconstitucional), mas sim assegurar ao cidadão o acesso irrestrito a documentos de interesse público. Cobrou uma ação com a transparência e a governança pertinentes, atentando aos princípios basilares da administração pública. Finalizou declarando que acompanhar dados de contratos e orçamentários é primordial para a execução pública. Gabriel César assumiu a tribuna, para discursar a respeito de faltas na Saúde. Informou que soube do encerramento da paralisação dos médicos, mas veio à sua atenção o problema do transporte sanitário na UPA. Relatou caso de uma senhora idosa que não pôde ser levada para casa, após chegar à unidade de saúde com a viatura da Samu. A justificativa pela qual não pôde ser levada para casa por ambulância foi porque ela reside em 1° andar. Teve que voltar com Uber, pois o transporte lhe foi negado pela UPA, com 91 anos e acamada. Um ocorrido inaceitável. Em aparte, Rhalessa afirma que Parnamirim está um caos, com as faltas da saúde já relatadas. Já mandou uma emenda impositiva para compra de transporte sanitário para idosos. Desabafou que sofre ataques por estar denunciando de forma mais ativa as faltas do município. Diego Américo comentou que o transporte sanitário é um serviço de grande relevância, mas mesmo assim está sempre sofrendo de deficiências, falta de manutenção. Há apenas 1 ambulância atendendo a UPA. Relatou que enviou R$ 40.000 em emendas para a compra de uma ambulância tipo A, que ainda não foi efetivada, sendo que

com o valor acumulado já dá para comprar um veículo tipo B. Enquanto isso, há pacientes esperando ambulância para fazer exames, ser transferido entre unidades médicas, realizar cirurgias. Gabriel César sugeriu criar uma central de ambulâncias, questionando porque a cidade ainda não tem tal serviço. César Maia frisou que é necessário ter empatia para trabalhar com saúde, e que foi uma irresponsabilidade grande dos profissionais que não realizaram o transporte da idosa. Aponta que Nísia Floresta há uma ambulância de excelente qualidade, para deslocamentos e atendimentos, porque não há aqui, se existem recursos, indagou. Afirmou que o ocorrido na UPA foi um crime, já buscou a secretária Luciana, para buscar a responsabilização dos agentes comissionados envolvidos. Fativan Alves aponta que o tema é muito delicado, revoltante e um desgaste terrível para os envolvidos. Diante do potencial que tem Parnamirim, ainda os vereadores continuam ouvindo esse tipo de relato. É gravíssima a questão das ambulâncias. Disse que ela também já destinou emendas para esta compra, de veículo do tipo semi-UTI, pedido que foi vetado com a alegação que não haveria motorista para a sua condução. Relatou que o Deputado Ubaldo Fernandes, em 2021, mandou emenda também para este propósito. Foram entregues em mãos as ambulâncias em 10 municípios, faltando, na ocasião, a de Parnamirim, onde o uso da emenda só veio dois anos depois. Não dá para entender a falta de ambulâncias, já que há recursos, emendas. E mesmo com pedidos médicos, são negados acessos aos veículos, mesmo havendo equipe e carro. Marquinhos da Climep falou sobre a Câmara acolher a deficiência do município, na discussão do orçamento. Foi destinada uma emenda coletiva de 1 milhão de reais para a manutenção das ambulâncias do município. Uma só ambulância na unidade de saúde é muito pouco. A secretaria precisa se organizar e usar o orçamento já assinado. Apontou que quem trabalha na Saúde tem que ter gosto pelo que faz, para poder ajudar ao próximo da maneira ideal. Arrematou que há que se sair do falatório e executar a compra do transporte sanitário. Michael Borges fez comentário, remetendo às falas de Marquinhos e Fativan, reiterando os seus posicionamentos. Frisou que é elementar haver empatia: na Saúde pública, na Câmara, em todas as esferas sociais. Gabriel César finalizou o discurso, pontuando que, em tempo de

Parnamirim. Segundo ele, são 638 mil reais repassados por mês pelo Governo Federal para a complementação dos pagamentos. Disse que é crucial que a Secretaria de Saúde faça um levantamento dos profissionais da cidade, para atualizar o valor da verba a receber. César Maia aparteia, cumprimentando a plateia presente em alusão ao dia de luta contra a LGBTfobia. Comentou que é necessário proteger os profissionais da rede privada, que ficam sob ameaça de demissões com o novo piso. Rhalessa Cledylane ressaltou que é importante pagar as verbas rescisórias também, já vencidas, ao que o tribuno concorda e acrescenta que está buscando, junto ao Executivo e à Comissão de Saúde, resolver as pendências com os servidores. Marquinhos da Climep comentou que a verdadeira homenagem ao trabalhador é realmente o pagamento justo. Thiago Fernandes alerta para os perigos de más práticas na rede privada, como a sobrecarga de trabalho, e que devem ser discutidas medidas para mitigá-las. Irani ressalta que o governo deu maior prazo para a iniciativa privada, de modo que lhe fosse possível absorver a mudança com menos impacto. O vereador Ítalo Siqueira saudou as entidades de luta contra a LGBTfobia presentes na Sessão. Em relação ao piso da enfermagem, comentou que se deve dar atenção à questão de manter a equivalência da carga horária, que é de 30 horas para a categoria, de modo que essa seja respeitada no cálculo dos vencimentos e não haja corte no pagamento. Irani Guedes pontuou que as gratificações serão mantidas, a despeito do pagamento do piso. Como enfermeiro por 37 anos no município, ele compreende quais são as demandas do setor, já conseguiu muitas melhorias junto a classe, e continuará lutando pois ainda há o que lograr. Michael Borges ressalta que o vereador Irani é o maior representante da enfermagem em Parnamirim. Comentou que há lei equiparando já as cargas horárias, portanto o assunto está pacificado. Disse que a luta para tratamento justo dos servidores avança e terá sempre o seu apoio. Encerrados os discursos, o vereador Gabriel César alegou questão de ordem, procedendo a um pedido de vista do Projeto de Lei 046/2023, relativo ao emprego por empresas terceirizadas do município de um percentual mínimo de egressos do sistema carcerário em seus quadros. Questionou o teor do projeto, dizendo ter dúvidas a respeito

chuva, o acesso a ruas perto do cemitério não pode ser realizado pelas ambulâncias. Lembrou da Audiência Pública sobre o problema do cemitério de Monte Castelo, proposta pelo edil César Maia. Irani Guedes assumiu a tribuna. Fez um convite para a Ação Social a ser realizada junto ao edil César Maia, no sábado 17/06, na Escola Irene Soares, em Monte Castelo. No local, serão oferecidos serviços de saúde, estética e vacinação durante toda a manhã. Leonardo Lima comentou sobre a realização do Projeto Saúde na Comunidade, no bairro Liberdade, com atenção à população, no mesmo tipo de ação relatada pelo tribuno e na mesma data. Afrânio Bezerra parabenizou a ação conjunta dos vereadores. Michael Borges afirmou que a ação é exemplo de empatia, de serviços pela comunidade. César Maia reiterou o convite, informando que esta é a 1ª edição do evento. O presidente interino informou que os dois vereadores inscritos, ainda na fila para uso da tribuna, terão a oportunidade de fala na próxima Sessão, que ocorrerá logo após o termino desta. Em não havendo mais oradores, a Presidência passou à **ordem do dia**, verificando a relação dos presentes, constatando que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) parlamentares: Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Lindovaildo Soares de Azevedo, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Thiago Fernandes da Silva, ausentes: Gustavo Negócio de Freitas e Wolney Freitas de Azevedo França (justificado). Dando prosseguimento à Sessão, a Presidência procedeu à votação das matérias, colocando em única discussão e votação, a Redação Final n. 030/2023, oriunda do Projeto de Lei n. 053/2023 – "dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes contendo os contatos do canal de atendimento do PROCON Câmara nos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal – vereador Wolney Freitas de Azevedo França); a Redação Final n. 031/2023, oriunda do Projeto de Lei n. 063/2023 - "institui no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim a "Semana Municipal

de Enfrentamento a Psicofobia" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Ítalo De Brito Siqueira); a Redação Final n. 036/2023, oriunda do Projeto de Lei n. 088/2023 – "dispõe sobre a criação das semanas municipais da educação financeira e do consumo consciente, no âmbito do município de Parnamirim/RN, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal – Vereador Lindovaildo Soares de Azevedo). Cada uma das proposições foi votada e aprovada por unanimidade dos presentes (votação tradicional). Nada mais havendo a tratar, o presidente interino, Thiago Fernandes, declarou encerrados os trabalhos, às onze horas e quarenta e seis minutos, convocando outra Sessão Ordinária para tomar lugar logo em seguida. Para constar, lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela mesa diretora.

Thiago Fernandes

THIAGO FERNANDES DA SILVA

Presidente interino

MICHAEL BORGES DE SOUZA

1º vice-presidente

FATIVAN ALVES MOURA DE PAIVA

1ª Secretária interina

ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA PIRES

2ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 05/12/2023

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 05/12/2023

1º Secretário

Câmara Municipal Parnamirim/RN_Johnat Linhares_Mt. 2297